



# Anais da Assembléia

Nº 133

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 1990

ANO XV

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 96.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 1990

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzato, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (36). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: José Afonso Júnior, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Ferrari Júnior, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Paulino José Delazeri e Vera Agibert (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Eu requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário

que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

23 Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

Está aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 189/90

Curitiba, 05 de novembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo implementar, junto ao CODESUL, proposição do Estado do Paraná para a sua retirada como Estado participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE ou sua liquidação ordinária.

Apresentando mais detalhados esclarecimentos quanto à conveniência e oportunidade de que se reveste a medida, vale transcrever exposição de motivos apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda:

"Considerando que:

a) Os Estados participantes do BRDE (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) se comprometeram junto às autoridades monetárias, por ocasião do levantamento da liquidação extra-judicial ocorrida em 07.03.89, a eliminar a dualidade (voto DI FIS-90/012) existente nos referidos estados entre aquela autarquia interestadual (BRDE) e os Bancos de Desenvolvimento sob controle dos três Estados (BADEP, BADESC e BADESUL) até março de 1991;

b) por se tratar de uma autarquia interestadual os seus atos constitutivos contemplam que, de forma análoga à sua criação, qualquer alteração ou modificação dos referidos atos constitutivos, depende de prévia autorização legislativa;

c) após interrompido o processo de liquidação extrajudicial, o BRDE não tem conseguido manter as operações normais praticadas até então, visto que, entre outros fatores, aquela autarquia não tem obtido captação de recursos junto ao mercado financeiro bem como linhas de repasses junto ao BNDES, que representam suas bases essenciais de recursos operacionais;

d) a postura do Governo do Estado, avaliadas as alternativas para eliminação

da dualidade, consiste em fortalecer o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A-BADEP, no qual detém a totalidade do controle acionário, ao invés de fortalecer sua posição no BRDE, não cabendo alternativa melhor e factível nas atuais circunstâncias;

e) implementado o processo de retirada do Paraná daquela autarquia, ou sua liquidação ordinária, o acervo líquido que couber a cada Estado participante, será apurado consoante regras, condições, prazos, etc, a serem definidos oportunamente junto ao CODESUL. A parte que couber ao Estado seria, prioritariamente destinada a reforçar a situação patrimonial do BADEP".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à retirada do Estado do Paraná como Estado participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, ou a pleitear a liquidação ordinária do referido Banco, no caso de acordo com os demais participantes.

Art. 2º - Em qualquer das duas hipóteses referidas no artigo anterior, o acervo líquido do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE que couber ao Estado do Paraná, será destinado prioritariamente, ao reforço do patrimônio do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
- À Diretoria Legislativa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 2468

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja colocado em Regime de Urgência o Projeto de Lei n° 432/90.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

##### REQUERIMENTO N° 2470

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja concedido regime de Urgência aos Projetos de Lei n°s:

187/89 - institui o "Dia da Habitação no Estado";

466/90 - denomina "Escola Estadual Professora Ivone Soares Castanharo - ensino de 1º grau, a Escola Estadual Jardim Tropical - ensino de 1º grau, do Município de Campo Mourão;

369/89 - declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Farol, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(aA) NAMIR PIACENTINI

##### REQUERIMENTO N° 2492

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 546/90, de autoria do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ .... 51.000.000,00 ao Orçamento do Estado, para atender a Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

##### REQUERIMENTO N° 2505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 463/90, que abre no Orçamento Próprio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, um crédito no valor de sessenta e dois milhões de cruzeiros.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

##### REQUERIMENTO N° 2506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 470/90, de autoria do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ ... 833.410.000,00, para a Secretaria da Educação.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

##### REQUERIMENTO N° 2507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 548/90, de autoria do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no Orçamento da Secretaria da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

##### REQUERIMENTO N° 2508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 464/90, que abre no Orçamento Próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, crédito suplementar no valor de Cr\$ 50.000.000,00.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei n° 515/90, que extingue o Fundo de Previdência do Parlamentar - FEPPA.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 2489

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inclusão na Ordem do Dia, bem como Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 270/88, que denomina de Colégio Estadual Moisés Lupion o atual Colégio Estadual Vale Porto do Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### REQUERIMENTO N° 2515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

#### REQUERIMENTO N° 2482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por quinze (15) sessões, do Projeto de Lei n° 266/90, que estabelece novos critérios para a fixação dos índices de participação dos municípios no ICMS.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A matéria contida no supracitado projeto de lei vem alterar sobremaneira os índices percentuais de ICMS dos municípios

paranaenses.

As previsões Municipais para o ano de 1991, já vêm sendo elaboradas de acordo com os critérios vigentes, desta forma o contido no projeto de lei em apreço necessita de um exame mais apurado, bem como esta Casa de Leis deve ceder espaço para que as Prefeituras se manifestem, e daí estabelecer tais parâmetros com a participação de todos os interessados.

Por tais motivos, esperamos contar com a aprovação de todos os Senhores Deputados.

O objetivo principal do presente é possibilitar um debate mais amplo sobre a matéria.

#### REQUERIMENTO N° 2478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 530/90, que declara de utilidade pública a "Associação de Moradores da Vila Jardim São Benedito", com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO N° 2477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 501/90 (Proposta Orçamentária para o ano de 1991), de conformidade com as normas regimentais, legais e constitucionais, pertinentes a matéria.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 2491

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação do Projeto de Lei n° 539/90, que cria em caráter de utilização gratuita a União dos Escoteiros do Brasil - Grupo Escoteiro "Baden Powell", o porão do imóvel pertencente à FASPAR situado na Unidade Social Oficial Diva Pereira Gomes.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2496

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação do Projeto de Lei n° 497/90, que modifica a alíquota do ICMS de produtos derivados da carne, nas operações internas.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 464/90, que abre no Orçamento Próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, um crédito suplementar no valor de Cr\$ 50.000.000,00.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 548/90, que aprova crédito suplementar no Orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 546/90, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 51.500.000,00 ao Orçamento Geral do Estado; para atender a Assembléia Legislativa do Estado e o Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assem-

bléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 470/90, que aprova crédito suplementar no valor de 833.410.000,00 para a Secretaria de Educação.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 463/90, que abre no Orçamento Próprio do Dep. de Imprensa Oficial do Estado, um crédito no valor de sessenta e dois milhões de cruzeiros.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2502

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do professor Newton Stadler de Souza, vice-Reitor Comunitário da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, promotor de Justiça e jornalista, ocorrido na data de ontem, dando-se ciência à família enlutada, nas pessoas da Senhora Maria Zuleika Stadler de Souza e à direção da mencionada Universidade, na pessoa de seu reitor.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 2474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Ubiratã, pela passagem dos seus 29 anos de emancipação político-administrativa.

Desafios permanentes, forças invencíveis e imorredores ideais, sempre foram as características da sua gente, as gerações mais novas herdaram para si o espírito empreendedor e a altivez dos pioneiros.

São 29 anos da comunhão de esforços, de uma história peculiar, feita sobretudo por um elementar princípio, a fraternidade.

Através de um bem elaborado processo de colonização, em 1955 chegaram à região os primeiros habitantes. O contato com a terra, vinha confirmar o elevado teor fér-

til do seu solo. Em pouco tempo, as atividades agrícolas atingiram o seu ápice, gerando riquezas que, com o passar dos anos, se consolidaram como a principal base sócio-econômica, notadamente pelo cooperativismo, propulsor da modernidade alcançada naquele setor.

Passados todos esses anos, o município de Ubatuba caminha para a sua terceira década, valendo-se do passado de luta dos seus colonizadores; contando com o firme propósito dos seus mais de 34 mil moradores; e olhando de modo fixo para o futuro que agora ininterruptamente constrói, com a vontade de trabalhar, vencer e ampliar ainda mais a sua indispensável parcela no engrandecimento do Paraná e do Brasil.

Neste sentido, ao cumprimentar os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e as Agremiações Partidárias, o fazemos a toda a sua laboriosa e pujante população.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO N° 2483

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste poder votos de congratulações ao jornalista Carlos Roberto Tavares, o Charles, pela assunção da direção dos Jornais Tribuna do Paraná e O Estado do Paraná, do Grupo Paulo Pimentel.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um profissional acima de qualquer coisa sério. Trabalhando há muitos anos no Grupo Paulo Pimentel, o jornalista Carlos Roberto Tavares, ou o "Charles" como todos o conhecemos, exercia as funções de Secretário de Redação da Tribuna do Paraná e graças à dedicação, responsabilidades e grande talento para o jornalismo, assumiu as funções de diretor dos dois conceituados jornais do nosso Estado.

Não trata - este requerimento - de um simples aplauso pela função que o Charles assume, mas, sim, de sinceros e verdadeiros cumprimentos pela forma correta e responsável com que tem atuado na imprensa do Paraná.

Que do presente se dê ciência ao homenageado e ao Presidente do Grupo Paulo Pimentel.

#### REQUERIMENTO N° 2490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inscrito em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações à Justiça Elei-

toral, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Desembargador Leandro de Freitas Oliveira Júnior, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, pelo desempenho durante as eleições estaduais deste ano.

Com efeito, "tanto no primeiro turno das eleições majoritárias quando no pleito parlamentar da circunscrição do Paraná a conduta da Justiça Eleitoral foi exemplar, devendo ser destacadas a lisura, a competência e a transparência com que os magistrados e funcionários da Corte Eleitoral conduziram a consulta popular, a primeira vez dentro das novas regras da Constituição de 1988.

Em 1989 os brasileiros haviam sido chamados à escolha de um presidente da República, após um prolongado jejum de mais de uma geração, mas só agora tivemos ocasião de promover a fixação da preferência dos cidadãos em todos os rincões de nossa terra, numa consulta ampliada que envolveu os cargos de governador, senador, deputados federais e estaduais. A justiça eleitoral saiu-se magnificamente bem nesta prova, carreando para si a admiração e o respeito da opinião pública.

Em particular, no Paraná, o Tribunal Regional Eleitoral, por seu então presidente, o eminente desembargador Negi Calixto; seu atual presidente, desembargador Leandro de Freitas Oliveira; seu corpo de membros, os juizes das Zonas Eleitorais, os dedicados e qualificados funcionários, todos consagraram-se ao respeito e à gratidão dos cidadãos. Foi uma eleição organizada segundo padrões dos países desenvolvidos, realizada com a correção mais rigorosa e apurada com plena transparência para os observadores partidários e da sociedade. Tudo em tempo recorde e com economia de meios, realçando o papel da Justiça Eleitoral para a consolidação das instituições democráticas".

Para concretizar nossa homenagem à egrégia Justiça Eleitoral, solicitamos que o Plenário se una conosco nesta proposta de voto de aplauso, a ser endereçada ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti

#### REQUERIMENTO N° 2493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 35° aniversário do Município de Bom Sucesso, que se comemora em 15.11.90.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Kurique Caname - Prefeito Municipal

Praça Paraná, 77 - Bom Sucesso - PR  
 - Luiz Alves Dias - Vice-Prefeito  
 Praça Paraná, 77 - Bom Sucesso - PR  
 - Claudionor Benedetti - Pres. da Câmara Municipal  
 Praça Paraná, 77 - Bom Sucesso - PR.  
 Sala das Sessões, em 06.11.90.  
 (a) ORLANDO PESSUTI  
 REQUERIMENTO N° 2495

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração de votos de congratulações pela passagem do 29° aniversário do Município de Marumbi, que se comemora em 14.11.90.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Plínio Alves Nunes - Prefeito Municipal  
 Rua Vereador J. Fuzetti, 800 - Marumbi - PR
- Luiz Carlos Nóbile - Vice-Prefeito  
 Rua Vereador J. Fuzetti, 800 - Marumbi - PR
- Orivaldo Travagim - Pres. da Câmara Municipal  
 Rua Vereador J. Fuzetti, 800 - Marumbi PR.

Sala das Sessões, em 06.11.90.  
 (a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado na Ata da presente sessão, voto de congratulações ao Sr. Aroldo Fedato, proprietário das Lojas Fedato Sports, que hoje comemora seu Jubileu de Prata.

Sala das Sessões, em 06.11.90.  
 (a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Aroldo Fedato, que foi um dos melhores jogadores do Curitiba Futebol Clube, após deixar o esporte, iniciou sua carreira de empresário, no dia 06 de novembro de 1965, com a inauguração de uma pequena loja de artigos esportivos localizada na Rua Marechal Deodoro. Graças à sua visão comercial, conseguiu nestes 25 anos transformar sua pequena loja em um grande império, constituído hoje por diversas filiais, sendo seis (06) em Curitiba, uma em Criciúma, uma em Florianópolis e outra em Londrina, possuindo ainda uma indústria têxtil de confecções, uma fábrica de bolas e uma de bolsas.

Assim sendo, nada mais justo do que prestarmos esta homenagem a um homem tão brilhante.

REQUERIMENTO N° 2504

Senhor Presidente.

É de amplo conhecimento dos parlamentares estaduais o recente movimento dos servidores municipais de Toledo - PR, visando a recuperação do poder de compra de seus salários.

Reivindicavam abertura de diálogo e a reposição de 139,38% das perdas salariais.

Depois de muitas conversas foi celebrado um acordo entre o Prefeito e as lideranças dos servidores, no qual os servidores concordavam em voltar ao trabalho e, o Prefeito, por sua vez, a abrir negociações a partir do dia 06.11.90 e 15% de reajuste salarial.

Ocorre, porém, que além de não cumprir com o prometido, mandou instaurar comissões de sindicância, visando apurar o que ele considera "falta grave" de alguns funcionários. Não se sabe sob qual pretexto o Sr. Prefeito Municipal, Luiz Alberto Araújo, mandou suspender o contrato de trabalho de 14 servidores. Dentre eles, sete são diretores sindicais, com estabilidade, e uma funcionária grávida de cinco meses.

Além de se configurar uma prática anti-democrática, haja vista a intolerância com posições contrárias, e a negação dos mais elementares direitos dos cidadãos, qual seja o reconhecimento do direito de funcionário público dialogar com seu empregador, e por seu turno reivindicar-lhe condições salariais condignas.

Entendemos, Sr. Presidente, que mesmo respeitando a autonomia dos municípios dentro da Federação, o Poder Legislativo Estadual não pode deixar de se manifestar a favor das justas reivindicações daqueles trabalhadores públicos, bem como condenar veementemente atos arbitrários ou ilegais.

Assim sendo, REQUEIRO, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Toledo, Sr. Luiz Alberto Araújo, solicitando que reveja sua posição de intolerância contra as reivindicações apresentadas, bem como suspenda as punições anunciadas aos funcionários municipais, por se tratar de evidente ato de perseguição política e crime contra a organização sindical dos trabalhadores.

Outrossim, requeiro o envio de cópia do mesmo expediente às entidades sindicais do Município de Toledo e da região Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.11.90.  
 (a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 2484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Ministro da

Justiça, Senador Jarbas Passarinho, manifestado apoio incondicional à Portaria n° 773/90 que regulamenta os horários para a apresentação de programas na televisão, definindo faixas de horário de acordo com a idade apropriada.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Entendemos que quando os veículos de comunicação social, no caso específico a televisão, descuidam na classificação dos programas e seus horários de acordo com a faixa de público a ser atingida, cabe ao governo promover essa regulamentação conforme os padrões adotados em todos os países medianamente civilizados. Ressalvamos que esta criteriosa determinação não pode ser entendida como censura e sim de classificação indicativa apenas a preocupação em dar uma adequação à programação em acordo com o nível e idade dos telespectadores. Estava ocorrendo abusos, tanto nas programações como na inserção de publicidade. Entendemos como decisão acertada a edição da Portaria n° 773/90, preservando a defesa da família, bem como dos valores éticos, cristãos e morais da infância, do adolescente e do jovem.

As cenas de violência, do sexo explícito, vulgaridades, essa enxurrada de lama era levada nas telas e televisão, em qualquer horário, sem o menor respeito devido à pessoa humana, que ainda sabe dar-se o devido valor. Tão grande foi a indignação do povo sadio brasileiro, que seu clamor chegou ao Ministério da Justiça.

Por ocasião da votação da atual Constituição Estadual, apresentamos emenda vetando a propaganda que atente à moral, aos bons costumes e à família, incluindo bebidas alcoólicas, bem como fundamentada justificativa.

Para melhor ilustrar esta nossa petição, anexamos xerocópia da Emenda n° 1567.

**REQUERIMENTO N° 2498**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Ilustríssimo Sr. Francisco Luiz Sibut Gomide, MD Presidente da COPEL, solicitando seja viabilizada a implantação do Programa de Eletrificação Rural - CLIC Rural, no Distrito de Serra do Apan, pertencente ao Município de Castro.

A presente propositura é o resultado do esforço conjunto entre lideranças políticas e a população, os quais em veemente apelo nesse sentido, objetivam levar àque-

la comunidade os benefícios que a eletrificação rural poderá oferecer, particularmente à mencionada região, cujos recursos em termos gerais são precários. A medida aqui proposta, se adotada, será o início de uma nova realidade, de novas perspectivas à economia e ao desenvolvimento do distrito envolvido e, por extensão, ao próprio Município de Castro.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

**REQUERIMENTO N° 2471**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente oficial deste Poder às autoridades que constam nos requerimentos anexos, de autoria do Vereador Celso Romualdo Ferrari, do Município de Campo Mourão, dando o apoio desta Casa de Leis às referidas iniciativas.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

**REQUERIMENTO N° 2475**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Doutor Francisco Resek, com o intuito do apoio do Governo Federal na viabilização de projetos através do Governo italiano.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, grande número de estados brasileiros - entre eles o Paraná - têm pleiteado ajuda do Governo italiano para a implantação de projetos destinados a beneficiar as mais variadas áreas.

Entre os diversos projetos submetidos pelo Estado do Paraná ao Governo da Itália, para a obtenção dos recursos necessários à sua implantação, existem dois aos quais o nosso Estado atribui caráter prioritário, a saber:

1. O Programa Ítalo-Brasileiro de Apoio à Criança e ao Adolescente Carentes do Estado do Paraná, que, como o seu próprio nome indica, diz respeito à área social;

2. O Projeto do Município de Cantagalo, relacionado ao setor agrícola - "Projeto di Sviluppo Integrato del Município di Cantagalo - Pr - Brasile", 1401/AES/PRA.

Os dois projetos, vale salientar, já se encontram em fase adiantada de negociação. Já houve consulta e troca de idéias entre nós, quando Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, a A.R.S.,



e Municipalidades que o Programa visa atender. Outrossim, visitas foram feitas a entidades, com a elaboração de um diagnóstico regional da criança, através dos arquivos técnicos do governo estadual, além de visitas nossas à Itália, bem como do Professor Giampaolo Romanato - Presidente di Collaborazione Comunitária - ao nosso Estado.

Em razão desse fato, gostaríamos que Vossa Excelência, além de nos auxiliar na intermediação das implantações das negociações já iniciadas, registrasse nosso interesse de continuar participando do andamento dos referidos projetos, colocando-nos à disposição como pessoa de referência.

Segundo informações que nos foram dadas pelo Professor Giampaolo, em carta datada de 24.09 do corrente ano (com cópia encaminhada em apenso), os referidos projetos encontram-se em condições de receber financiamento por parte do governo italiano, desde que haja um claro pedido por parte do Governo brasileiro, e que, antes do término do ano em curso deverá acontecer um encontro do governo italiano e representantes do governo brasileiro para definirem quais são os projetos de cooperação que devem ser realizados, oportunidade em que gostaríamos de ver priorizados os projetos iniciados pelo Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO N° 2501

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário da Fazenda, solicitando a remessa de Mensagem, dispondo sobre o I.P.V.A, para o exercício de 1991.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Desde que foi criado, em 1986, o I.P.V.A. vem sendo objeto de Mensagens que chegam a esta Casa no mês de dezembro de cada ano.

Dispondo sobre imposto, é necessária a sua aprovação e sanção, antes de 31 de dezembro. Esse fato vem dificultando a apreciação dos anteprojetos, dada a exiguidade de tempo.

As reclamações dos contribuintes, ano a ano vêm se multiplicando, dada a disparidade de tratamento verificado entre o Paraná e os Estados vizinhos.

Chegando em seguida, o plano de lei poderá ser aperfeiçoado e receber a contribuição dos parlamentares.

Por tais motivos, esperamos a imediata aprovação deste requerimento.

#### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 123/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Os veículos de propriedade da Assembléia Legislativa do Estado, somente poderão ser utilizados pelos respectivos titulares dos gabinetes da Comissão Executiva e das Lideranças partidárias.

1° - Os veículos destinados às Diretorias serão utilizados mediante autorização escrita da autoridade competente sempre e somente a serviço da Assembléia Legislativa.

2° - Os veículos, a que se refere este artigo serão utilizados, exclusivamente a serviço da Assembléia Legislativa.

Art. 2° - Os veículos remanescentes, que servem ao gabinete dos Senhores Deputados serão recolhidos, avaliados e vendidos em hasta pública, dentro de trinta dias a contar da promulgação desta Resolução.

Art. 3° - É vedada a cessão de veículos de propriedade da Assembléia Legislativa para transporte de pessoas.

Art. 4° - Esta resolução vigorará à data de sua promulgação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Luciano Pizzatto, José Afonso Júnior e Nelson Vasconcellos.

#### JUSTIFICATIVA:

A política de contenção de gastos, aliada ao empenho, ao fortalecimento à credibilidade do Poder Legislativo nos obriga a uma tomada de posição consentânea com esses propósitos.

Assim, injustificável se torna a manutenção de frota de veículos que não sirvam, especificamente aos propósitos de bem servir ao Legislativo.

Com a alienação dos veículos supérfluos, os gastos com a manutenção dos mesmos cairão sensivelmente, proporcionando grande economia, inclusive no que respeita a renovação de frota.

Desnecessário ampliar considerações explicativas, face à fácil compreensão da matéria aqui tratada, que por certo receberá integral apoio.

#### PROJETO DE LEI N° 554/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - O Poder Executivo fica autorizado, no exercício de 1991, a isentar de



tributação os produtos componentes da Cesta Básica de Alimentos, assim definidos em legislação federal.

Art. 2º - Caso não seja possível aplicar-se a isenção total, em razão de exposições de motivos fundamentada pela Secretaria da Fazenda, as alíquotas de incidência do ICMS sobre os produtos a que refere o artigo 1º poderão ser reduzidas, durante o mesmo exercício.

Art. 3º - Os atos a que se refere esta lei, serão baixados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, com efeitos imediatos, pelo prazo de 90 (noventa) dias, período em que deverão ser submetidos à homologação pela Assembléia Legislativa do Estado, que poderá confirmá-los integralmente, modificá-los ou simplesmente recusá-los.

Parágrafo Único - Havendo modificação ou recusa dos atos baixados pelo Poder Executivo, seus efeitos terão validade a partir da data da publicação da lei sancionada ou promulgada, devendo os créditos e débitos pendentes serem quitados ou devolvidos a quem de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, devidamente corrigido pela BTNF, sem qualquer outro encargo adicional.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

A isenção ou redução das alíquotas do ICMS sobre os produtos componentes da Cesta Básica de Alimentos é proposta que defendemos durante a campanha eleitoral, acatada por um dos atuais postulantes ao Governo do Estado.

Tratando-se de tributação, a fim de que não ocorra vício de inconstitucionalidade, estamos, como determinam as leis vigentes em nosso País, propondo os mecanismos adequados para que o Governo do Paraná possa implantar essa medida já no exercício de 1991.

As isenções ou reduções de impostos deverão ser baixadas por atos do Poder Executivo, "ad referendum", desta Casa.

Caso haja modificação ou recusa dos valores propostos, o Estado deverá receber ou pagar a diferença, no prazo de quinze dias, mediante simples aplicação do BTNF.

Baixado o ato, o Governador deverá, de imediato, submetê-lo à apreciação desta Casa, que deverá transformá-lo em lei, dentro de suas prerrogativas.

Rogamos aos nobres Pares, não se venha alegar que se trata da adoção das polêmicas "Medidas Provisórias" no âmbito estadual.

Para que se possa modificar uma alí-

quota, ou se adotar reduções ou isenções temporárias de tributos, a anterioridade de lei, salvo melhor juízo, parece-nos fundamental.

Enfim, estamos propondo a possibilidade de se isentar ou reduzir a carga tributária dos produtos componentes da Cesta Básica de Alimentos, num plano de lei que poderá ser aprimorado durante a sua tramitação, a fim de que possa alcançar os objetivos a que se propõe.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 555/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida a Senhora Dolina Maria de Jesus Barboza, viúva do ex-prefeito de Tapira, Senhor Luiz Antônio Barboza, uma pensão mensal no valor de 03 (três) salários-mínimos mensais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) NILTON BARBOSA

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti

PROJETO DE LEI Nº 556/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida a Senhora Maria Ludeni Lima Guimarães, viúva do ex-prefeito de Moreira Sales, Senhor Carlos Guimarães, uma pensão mensal no valor de 03 (três) salários-mínimos mensais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(a) NILTON BARBOSA

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Ontem, 05 de novembro foi o Dia Nacional da Cultura. Nesta data, em todo o Brasil, os artistas foram levados a uma reflexão sobre o que os leva a criar, principalmente, nestes tempos de inexistência de incentivo oficial à produção artística.

Com o fim da Lei Sarney o teatro pede socorro - diz o Grupo de Teatro "Prometeu", que vende adesivos e camisetas para sustentar suas produções.

Collor extinguiu a Lei Sarney alegando que ela dava margem a desvios e corrupção.

Entretanto, nada foi criado em seu lugar, abrindo uma grande lacuna no que diz respeito à estimulação para a intensificação cultural.

Tudo isto, muito embora a Constituição Federal diga, em seu artigo 215, que o Estado garantirá a todos, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais.

Jamais poder-se-á afirmar, como alguns têm pretendido, que a Lei Sarney foi extinta por engano, em meio ao pacote que acabou com incentivos e estímulos fiscais. Porque se isto for alegado, será vergonhoso admitir que nosso Presidente não conhecia um mínimo da cultura nacional e como ela vinha se comportando até sua posse.

Com base nisto que já expusemos, queremos dizer que o Paraná pode dar uma grande contribuição à cultura nacional. A começar por aqui, por sua própria cultura, estrangulada da mesma forma, com a escassez de investimentos e patrocínios.

Eu falo da criação de estímulos à produção artístico-cultural, eu falo da criação de uma espécie de Lei Sarney Estadual, que prefiro chamar de Lei Cultura. Ela está definida no nosso Projeto de Lei n. 458/90, que estabelece incentivo fiscal a empresas instaladas no Estado do Paraná, que estimula a intensificação da produção artístico-cultural, através de investimentos ou patrocínio.

Este projeto já foi aprovado pela unanimidade dos Deputados desta Casa. O Parlamento já cumpriu seu papel. Hoje, o projeto está nas mãos do governador Álvaro Dias, aguardando sua sanção, ou veto.

O que esperamos, naturalmente, é que ele seja sancionado. Não por ser de nossa autoria, e será mais um dentre mais de sessenta apresentados em 4 anos de mandato. Esperamos que ele seja aprovado porque enseja a expectativa da classe artística paranaense.

Esperamos que seja sancionado porque nasceu da necessidade urgente de criarmos um mecanismo favorável à produção da arte e da cultura.

Esperamos que seja sancionado, porque nasceu no útero fisiológico de um gabinete ou de um comitê, mas foi discutido e pautado dentro do sindicato dos artistas e técnicos em espetáculos de diversão no Estado do Paraná, SATED-PR, com a participação da Associação dos Produtores de Artes Cênicas do Estado do Paraná, APAC-PR.

O que de fato, de objetivo, podemos prestar de colaboração à cultura do Paraná, e à cultura nacional, é gestionar para que o Governador sancione este projeto. É mandar telegrama, telefonar, pedir pessoalmente pela sanção desta lei, que vai

em socorro da cultura do Paraná.

Está aí, o momento é de reflexão, e se perguntarmos a qualquer artista qual o maior empecilho à cultura, ele responderá sem demora: a falta de estímulo.

Tivemos tal cuidado na elaboração desse projeto, que eliminamos todos os aspectos favoráveis ao desvio de suas funções e inserimos nele um dispositivo que assegura penalização à empresa e ao incentivado caso os recursos não sejam utilizados corretamente.

Desta forma, e eu tenho certeza que todos os Deputados conhecem esse projeto, que esteve na ordem do dia por 3 sessões e foi aprovado sem emendas, com parecer favorável e em regime de urgência, peço que envidem os esforços para a concretização da proposta.

Mais uma vez eu destaco que, a partir do momento em que foi aprovado por todo o Poder Legislativo, o projeto deixa de ser de autoria deste ou daquele Deputado, para tornar-se uma posição de todo o Parlamento, representado na sua maioria.

Neste caso, o projeto foi aprovado sem um voto contra, desde a Bancada governista, até a Oposição, passando por partidos de direita, centro e esquerda, de tal forma que fica claro não haver interesses politiquês e imorais na proposição.

Por isso nós esperamos que o Governador do Estado venha, na verdade sancionar esta Lei, porque estará dando um grande sentido, e o Paraná mais uma vez saindo à frente num projeto pioneiro que visa encontrar estímulos para que a classe artística possa realmente sobreviver no momento em que sentimos a necessidade de valorizarmos esta categoria que tanta cultura tem espalhado por este Paraná afora.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado da Bancada Tucana, José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Voltamos à tribuna, nesta tarde, para deixar aqui registrada a nossa satisfação como Parlamentar, como representante popular, como representante de uma região. Ao registrar o apreço, a satisfação de quando uma missão, de quando uma ação do Poder Legislativo é positiva, temos o compromisso de, nesta tribuna, exaltá-la. Exalto, portanto, nesta tarde, neste Grande Expediente, o trabalho efetuado pela Secretaria de Segurança deste Estado, na pessoa do Secretário José Moacir Favetti, que fez a apreensão e a prisão de dois fiscais.

Há muito tempo não se via isso neste

Estado. O Secretário, juntamente com os seus órgãos de auxílio, de apoio, faz uma prisão disciplinar, de certa forma exemplar, quando tira de circulação fiscais corruptos.

É disto que o povo está precisando. É disto que a população do nosso Estado necessita, de homens que tomem efetivamente as condições que têm e vão diretamente à ação. E, desta feita, a ação se completa com a prisão de dois fiscais.

Parabéns ao Secretário de Segurança que começa um trabalho, mesmo com dificuldades financeiras, sem a infra-estrutura necessária, sem o equipamento necessário para fazer um grande trabalho frente à Secretaria de Segurança. Mas creio que, com mais algum tempo, teremos neste Estado, se persistir este tipo de trabalho, melhorada a condição da segurança da população paranaense que vinha, sem dúvida nenhuma, sendo desprotegida por todos, principalmente pelos órgãos de segurança.

Parabéns Secretário, parabéns Polícia Militar por essa prisão, que é um exemplo para o Estado e um exemplo para o Brasil.

Venho também nesta tarde, falar também de outro Secretário, sim Senhor; o Secretário da Fazenda, quando essa Casa votou um Projeto de Lei de autoria da Presidência no sentido de fazer justiça das alíquotas de ICMS, alguns produtos de real necessidade à população desse Estado. E, a sensibilidade do Senhor Secretário da Fazenda Adelino Ramos e a sua equipe e também o Governo do Estado, sensibilizado pela proposta eleita, discutida e votada por esta Casa, fez leis promulgando e dando alguns setores importantes desse Estado, fazendo que a justiça viesse imperar nas atividades produtivas desse Estado, especialmente da agricultura, quando esta Casa votou a nossa Emenda, reduzindo o ICMS, sobre produtos de primeira necessidade, sobre equipamentos agrícolas que faz com que o produto da agricultura chegue mais barato ao balcão do armazém, ao consumo final, baixando da alíquota de 17% para 12%, equipamentos, tratores, todo o material necessário à atividade da agricultura e da agropecuária desse Estado.

Essa sensibilidade que nós precisamos nesse Brasil, não carga tributária, não uma carga burocrática em cima do setor produtivo, nós precisamos efetivamente é de sensibilidade dos Governantes, dos Secretários, essa visão maior, uma visão empresarial, no sentido que tenhamos acesso a ação e que as pequenas iniciativas possam acontecer.

Reduzida também foi a alíquota do pão ao consumo final, ao trabalhador, ao pão comum, de 17%, para 12%, deixamos os produtos de consumo para um segmento com mais condições em 17%, mais o pão, os cuques,

ou seja, produtos de primeira necessidade baixamos também para 12%, também é inédito no Brasil esse Estado com essa alíquota de 12%.

Assim, Senhores Deputados, Senhor Presidente, temos aí a satisfação de registrar nessa Casa a sensibilidade do Governo, no sentido de colocar na Mesa do trabalhador a comida mais barata e também as condições, para que o pequeno produtor tenha acesso ao produto ao equipamento, ao implemento agrícola, ao trator, ao seu setor de produção mais condições, baixando 5%, sobre o preço final.

Temos ainda, a isenção total, na questão do hortifrutigranjeiro, requerimento passado nesta Casa, sensibilizado o Governador desse Estado e a Secretaria da Agricultura fez com que o hortifrutigranjeiro nesse Estado, também não fosse tributado.

Essa é uma forma de nós combatermos a dificuldade, a miséria, unindo os setores da iniciativa privada e o Governo do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças, passamos à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 36 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Brondy Silvério, constante do expediente, devidamente apoiado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peço a verificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e solicita do Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, parece-me que não cabe chamada nominal em pedido de apoio para o Projeto. Com cinco assinaturas, o projeto está apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mas no projeto não constam as assinaturas. E nós temos que consultar o Plenário.

O SR. ALGACI TÚLIO - Mas, Senhor Presidente, está-se abrindo precedente. Porque sempre foi considerado que em apoio, é coisa simples, passa normalmente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)  
Não havendo as cinco assinaturas no projeto, é necessária a manifestação do Plenário.

Como o Deputado Neivo Beraldin requereu verificação de votação, eu estou requerendo a chamada nominal, para depois fazer a verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu não posso admitir que paremos a sessão num projeto de apoio à Mesa.

Então, eu solicito que o projeto seja devolvido ao Deputado Erondy Silvério, para que ele apanhe no Plenário as cinco assinaturas, e que a sessão tenha continuidade.

É inadmissível que paremos a sessão pela falta de assinatura num projeto.

Esta é uma solução sensata.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Eu requero a Vossa Excelência que me devolva o Projeto, porque o Líder "ad hoc" não conhece o Regimento Interno.

Lamentavelmente não conhece o Regimento Interno- Então Vossa Excelência me devolva.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Eu não aceito a argumentação do Deputado Erondy Silvério, até porque parece e é claro que quem não conhece é o brilhante e antigo Deputado, porque ele sequer atendeu ao regulamento, colocando as cinco assinaturas necessárias para o prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Projeto de Resolução de autoria do Deputado Erondy Silvério, devidamente Apoiado.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Eu requero a verificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)- Eu requero chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu volto a insistir que se use o mesmo critério do projeto do Deputado Erondy

Silvério que se peça ao Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Deputados que aprovam o presente projeto de lei, queiram levantar-se.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)  
Eu requero chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Nereu Massignan, para verificar se o projeto é apoiado ou não, basta a manifestação de cinco Senhores Deputados.

Então, nós queremos consultar. Nós temos número para que haja manifestação.

Então, os Deputados que apóiam, queiram levantar-se. Está Apoiado o Projeto.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 515/90, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela acima aprovado:

#### EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 515/90, de autoria do Deputado Sabino Campos e outros, que extingue o Fundo de Previdência do Parlamentar- FEPPA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO. Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)  
Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer)-  
Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 28 Senhores Deputados presentes. Há quorum para votação.

Os Deputados que se manifestam a favor do Projeto n° 515/90, em emenda Substitutiva Geral, queiram levantar-se.

Os Deputados que se manifestam contra a aprovação da emenda Substitutiva Geral, queiram levantar-se.

23 Senhores Deputados aprovam, 5 Senhores Deputados rejeitam. Está Aprovada a matéria.

O SR. ALGACI TÚLIO (Justificativa de voto)

Senhor Presidente, quero deixar bem claro que sou favorável à extinção do FEPPA, como desde o início da minha presença nesta Casa. E não poderia ser diferente, porque na Câmara Municipal, nós, na época Vereadores, extinguímos o FEPPA, mas de uma maneira diferente.

E depois eu tive a oportunidade de, exercendo interinamente a Prefeitura Municipal de Curitiba, ter sancionado a Lei n° 5.709, que extinguiu o FEPPA.

Portanto como o FUMPLEC, lá foi diferenciado daqui, eu não posso, evidentemente, respeito, deixo bem claro, respeito a posição, a votação, o entendimento dos Senhores Deputados, no entanto eu me reservo o direito de não apoiar a maneira como está se extinguindo o FEPPA, aqui na Assembleia.

Então eu quero deixar registrado o meu voto contrário à forma de como ele está sendo extinguido.

O SR. RUBENS BUENO (Justificativa de voto)

Para justificar o nosso voto, encaminhamos no seguinte sentido:

1° - não é a favor ou contra a extinção do FEPPA, o FEPPA até poderia existir, desde que fosse colocado recursos nas despesas de cada Deputado.

Ou seja, que cada um custeasse o funcionamento do FEPPA, bem como as pensões e aposentadorias.

De outro lado, da maneira como está colocado o Projeto, até pela extinção nós votaríamos, desde que aqueles recursos que vieram do Estado retornassem ao Estado, e o que fosse dos Deputados, devolvido a cada Parlamentar ao longo dos anos.

Era essa a nossa idéia, por isso nós queríamos justificar o nosso voto, contrário à proposta, que está colocada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para Justificar o seu voto com a palavra o Deputado Neivo Beraldin...

O SR. NEIVO BERARDIN - A mesma linha de raciocínio do Deputado Algaci Túlio e Deputado Rubens Bueno é a nossa, nós entendemos que se existe um dinheiro do Executivo neste fundo que hoje se extingue, esse FEPPA e esse dinheiro será dividido

entre seus beneficiados, esse dinheiro é oriundo da população, e não é justo que se extinga esse FEPPA colocando esse dinheiro para benefício de alguns poucos, somos verdadeiramente a favor da extinção do FEPPA desse fundo de aposentadoria porque denigre a imagem ainda mais da classe política, mas não da maneira que ele está colocado e que ele foi votado, apenas quero lamentar que nesta tarde nós tivemos quorum de 28 para votar um projeto que agride a opinião pública e que nos entristece.

O SR. PEDRO TONELLI (Justificativa de voto) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, votei contra esse substitutivo porque ele faz de conta que extingue, mas não extingue, esse é o motivo.

Lutamos durante quatro anos nesse Parlamento atendendo a aspiração popular que não aceita mais que cidadão nenhum, seja Governador, seja Desembargador, seja Deputado, seja quem quer que seja, que tenha direito a uma aposentadoria precoce, num valor vultoso, e o que é pior, pago com recursos dos cofres públicos. Lutamos intensamente, e infelizmente estamos chegando ao final dessa legislatura e conseguimos chegar ao final dessa luta sem sucesso.

Então votei contra, é lamentável que a opinião trazida aqui mediante projetos, mediante emendas, aditiva, substitutivas, e subemendas, em nenhum momento elas foram colocadas em apreciação para que nós pudéssemos aprofundar com todo espírito positivo tanto autoria minha como do Deputado Algaci Túlio, como do Deputado Paulino José Delazeri e outros Deputados que trouxeram brilhantes idéias através de Projetos e emendas e que nunca foram contempladas. Então por isso que votei contra, e lamento que esse Parlamento chegue ao final dessa legislatura e que não tenha abolido esses restos dos privilégios da ditadura e que isso continue para que a próxima legislatura possa extinguir definitivamente esses privilégios que a sociedade não aceita mais.

Era isso Senhor Presidente, muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Justificativa voto). Eu queria que o Conselho do FEPPA depois esclarecesse a cada parlamentar como é que vai ficar realmente a situação, quem vai ficar aposentado, quem que não vai ficar aposentado, por exemplo, eu que tenho quatro anos de mandato que recolhi do meu salário uma participação ao Fundo, eu quero saber se esse dinheiro retorna à minha conta para que eu possa usar da melhor maneira que me convier. Eu só gostaria que o Conselho

através do Deputado Werner Wanderer depois nos orientasse, mandasse uma circular orientando todos os Deputados como é que fica a situação realmente do FEPPA na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Projeto de Lei n. 515/90 irá para redação final.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**EM VOTAÇÃO**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 367/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Associação Atlética Santa Maria, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 508/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Bacia do Rio do Campo - RIOCAM, com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 520/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Cultural PERU-BRASIL. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 528/90, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Psicodrama - SPP, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 339/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que institui 1991 como o Ano dos Transplantes, cria a Cruzada de Doação de Órgãos passíveis de serem Transplantados; fixa a data para realização do Encontro Estadual Sobre Transplantes; determina a promoção de concurso de reportagem e monografias e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Por que o item 06 não foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Por que esse projeto está em 2.<sup>a</sup> Discussão, ele havia sido retirado da Ordem do Dia e retorna hoje para 2.<sup>a</sup> Discussão e votação, e nós teremos que primeiro colocar em votação os outros projetos que estão em regime de votação, depois os que estão em discussão e votação.

Em votação o Projeto de Lei n. 339/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Em votação. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 365/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento às micro, pequena e média Empresas do Setor Produtivo do Estado do Paraná - FPR e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de autoria dos Senhores Deputados José Rogério Carvalho, Orlando Pessuti e Neivo Beraldin, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Valderi Mendes Vilela, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI N° 365/90**

Altera o Título e art. 1° do Projeto de Lei n. 365/90.

Que dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Micro, Pequena e Média Empresas do setor produtivo e Pequeno Produtor Rural do Estado do Paraná - FPR, e dá outras providências:

Art. 1° - Fica criado o Fundo de Financiamento às Micro, Pequena e Média Empresas do Setor Produtivo e Pequeno Produtor Rural do Estado do Paraná - FPR, dotado de autonomia financeira e contábil e de caráter rotativo, a ser administrado pelo Banco do Estado do Paraná S/A, de acordo com o disposto no art. 143 da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,  
ORLANDO PESSUTI e  
NEIVO BERALDIN

Apoioamento:

Algaci Túlio e Valderi Mendes Vilela  
Aprovado o projeto, artigo por artigo.  
Emenda. Aprovada.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 368/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GE-

RAL. Aprovado, artigo por artigo.

PROJETO DE LEI N° 224/90

P A R E C E R:

## EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 488/90, autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Cenecista Marechal Arthur da Costa e Silva, ensino de 1° Grau no Município de Japira. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 309/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede estímulos especiais a pessoas domiciliadas em território paranaense que doaram, em vida, órgãos passíveis de serem transplantados quando de sua morte, com o propósito de restabelecer funções vitais à saúde. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

## COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 309/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade conceder estímulos especiais a pessoas domiciliadas em território paranaense que doarem, em vida, órgãos passíveis de serem transplantados quando de sua morte, com o propósito de restabelecer funções vitais à saúde.

Analisada a presente matéria, entende esta Comissão Geral que a mesma encontra-se em conformidade com os ditames constitucionais vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

WERNER WANDERER

Relator

Aprovado o projeto e o parecer.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 224/90, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do Departamento Estadual de Transporte Oficial, com sede e foro nesta capital. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

## COMISSÃO GERAL

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Parlamentar Caíto Quintana, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do Departamento de Transporte Oficial, com sede e foro nesta Capital.

Analisada a matéria vemos que a mesma encontra-se em conformidade com a Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas relativas à declaração de Utilidade Pública Estadual.

Pela condição acima exposta, somos pelo PARECER FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões em 06.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

Aprovado o projeto e o parecer.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 459/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor OZEIL MOURA DOS SANTOS, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado e ao país.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos.

## COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 459/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, tem a finalidade de conceder Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Oziel Moura dos Santos, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado e País.

A matéria encontra-se devidamente justificada, conforme preceitua o Regimento Interno e sua legalidade está embasada na Lei n. 5.638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de Benemerência ou Cidadania Honorária Paranaense.

Nestas condições, é o parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Aprovado o projeto e o parecer.

## EM VOTAÇÃO



DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 012/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 15/90), que ratifica o convênio celebrado em 28.12.89, em Brasília - DF, entre o Estado do Paraná e o Ministério das Minas e Energia, objetivando a execução de parte do Programa de Eletrificação e Irrigação em Comunidades Rurais, especificamente na construção de linhas de eletrificação rural nos Municípios de Campina Grande do Sul e Mandirituba.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

P A R E C E R:

Art. 1º - Fica ratificado o convênio celebrado em 28.12.89, em Brasília, entre o Estado do Paraná e o Ministério das Minas e Energia, objetivando a execução de parte do Programa de Eletrificação e Irrigação em Comunidades Rurais, especificamente na construção de linha de eletrificação rural nos Municípios de Campina Grande do Sul e Mandirituba.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

Aprovada a proposição e o parecer.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da proposição n. 015/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 18/90), que ratifica o convênio celebrado em 16.01.90, entre o Estado do Paraná, o Município de Londrina e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a realização anual do Festival de Música de Londrina.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

P A R E C E R:

Art. 1º - Fica ratificado o convênio, celebrado por motivo de urgência, em 16 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná, o Município de Londrina e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a realização anual do Festival de Música de Londrina.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

Em votação a proposição e o parecer. Aprovada.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e fará a verificação de quórum.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e solicita do Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu declino da chamada nominal em virtude, em homenagem a ausência do PMDB. Vamos votar a mensagem do Governo. Retiro o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Consulta o Deputado Rubens Bueno se retira o pedido de chamada nominal.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está retirado o pedido de chamada nominal e verificação de votação.

Está Aprovada a Proposição n. 015/90.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 016/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 19/90), que ratifica o Termo de Revigoração, em 29 de dezembro de 1989 do Convênio celebrado em 25 de maio de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o Centro Positivista do Paraná, objetivando apoio na realização do I Simposium Internacional Positivismo x Humanismo, aprovado pelo Comitê de Eventos do CONCITEC.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

P A R E C E R:

Art. 1º - Fica ratificado o Termo de Revigoração do Convênio celebrado em 25.05.89, por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o Centro Positivista do Paraná, objetivando apoio do Estado na realização do "I Simposium Internacional Positivismo x Humanismo", aprovado pelo Comitê de Eventos do CONCITEC.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

Aprovada a proposição e o parecer.

#### EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 026/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 29/90), que ratifica o convênio celebrado em 29 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI, objetivando a realização dos cursos que especifica.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

#### P A R E C E R:

Art. 1º - Ratifica o convênio celebrado em 29 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI, objetivando a realização dos cursos que especifica.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

Aprovada a proposição e o parecer.

#### EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 055/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 88/90, que ratifica o Convênio celebrado em 29.12.89, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR, objetivando o desenvolvimento tecnológico de reatores anaeróbicos

para o tratamento de esgotos e produção de gás metano.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

#### PARECER:

Art. 1º - Fica ratificado o Convênio celebrado em 29.12.89, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR, objetivando o desenvolvimento tecnológico de reatores anaeróbicos para o tratamento de esgotos e produção de gás metano.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

Aprovada a proposição e o parecer:

#### EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 057/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 93/90), que ratifica o Convênio celebrado em 29.12.89, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas- FACICLA, objetivando a realização pela Faculdade, de curso de "Produção de Textos".

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

#### PARECER:

Art. 1º - Fica ratificado o Convênio celebrado, por motivo de urgência, em 29 de dezembro de 1989, entre o Secretário Especial de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas- FACICLA, objetivando a realização, pela Faculdade, de curso de "Produção de Textos".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator.

Aprovada a proposição e o parecer.

#### EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 062/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n°

100/90), que ratifica os Convênios celebrados em 29.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SUCEAM - e os Municípios que especificam objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PARECER:

Art. 1º - Ficam ratificados os convênios celebrados em 29 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental- SUCEAM, e os municípios de Alto Paraná, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Iporã, Douradina, Maria Helena, Munhoz de Mello e Umuarama, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator.

Aprovado a proposição e o parecer.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 152/90 de autoria do Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, que cria a Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142, da Constituição Estadual e dispõe sobre os princípios a serem obedecidos na sua utilização.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 152/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, objetiva criar a Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no Art. 142, da Constituição Estadual.

Ao proceder-se a sua análise, legal e constitucional, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa pelos competentes órgãos desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão Geral dá

seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator.

Em votação o Projeto e o Parecer. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)

O processo de votação de lei complementar é por votação nominal, já que exige dois terços dos Deputados presentes para que seja considerada aprovada.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 341/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 9.249, de 16 de maio de 1990.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 341/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, objetiva dar nova redação ao Art. 1º, da Lei nº 9.249, de 16 de maio de 1990, retificando os limites do Município de Nova Laranjeiras.

Ao proceder-se a análise legal e constitucional, realizado o amplo aspecto meritório da questão, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer Favorável, opinando-se pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator.

Aprovado o projeto e o parecer.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 266/90, de autoria dos Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos Municípios no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipais a comunicação - ICMS. Com Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento

de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 15 (quinze) sessões, do Projeto de Lei n° 266/90. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para esclarecer e orientar o Plenário que no início da sessão nós tivemos contato com a Bancada do PMDB, especialmente seu Líder, o Deputado Caíto Quintana e atendendo um apelo do nobre Deputado nós diminuimos de 30 para 15, porque entendemos que há tempo suficiente para que, já os prefeitos ontem reunidos em Curitiba, os seus Secretários de Finanças também estão reunidos agora, preparando emendas e analisando com mais profundidade esse projeto, nós não pretendíamos, ou talvez ainda venhamos a fazer isso, convocando os técnicos da Secretaria de Finanças, para que venham até a Assembléia debater com os prefeitos essas alterações no item do ICMS.

Então, parece-me que diante desse entendimento, eu tenho certeza que as bancadas de posição votarão favorável a este meu requerimento porque já há um acerto entre este Parlamentar e o Deputado Caíto Quintana.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Eu gostaria de solicitar ao Deputado Caíto Quintana, autor do projeto, em segundo ao Deputado Algaci Túlio, autor de um segundo acordo, colocando por terra o primeiro acordo de votar o projeto nas sessões e não retirando da Ordem do Dia.

Se realmente Vossa Excelência teve esse contato, este acordo, com o Deputado Algaci Túlio.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Nós estivemos conversando com o Deputado Algaci Túlio, que pedia a retirada por trinta sessões. Solicitamos ao Deputado que transformasse para quinze, até por uma colocação, Deputado Rubens Bueno, óbvia, de que nós estamos votando em segunda discussão e de que nós tenhamos que ver a possibilidade da modificação, da redistribuição do ICM na parte fixa do ICM que poderá trazer vantagens melhores.

Como Vossa Excelência mesmo sabe, Deputado Algaci Túlio, eu vou lhe confessar, um pedido de retirada por quinze sessões poderá a qualquer instante, em dois ou três dias, no instante em que se tiver uma definição exata de como proceder com o projeto pode-se requerer a reinclusão na Ordem do Dia e aprovado pela Casa ele retorna à Ordem do Dia para não demonstrar intransigência na discussão da matéria que possa ser bom para todos os municípios do Paraná. Nós concordamos sim.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de colocar a esta Casa, que o Deputado Caíto Quintana assumiu publicamente, neste Plenário, um compromisso conosco perante duzentos prefeitos. As galerias superlotadas, muitos aplausos e numa tarde como esta está traindo a confiança assumida...

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu não vou admitir Deputado Rubens Bueno. O projeto é de minha autoria, gastei fosfato para fazê-lo, tenho interesse de que os pequenos municípios tenham redistribuição, não vou admitir que um Deputado que está tentando pegar carona num projeto meu para fazer média, venha me chamar de traidor.

Não estou traindo ninguém, defendendo o meu projeto, continuarei defendendo meu projeto. No entanto acredito que, como parlamentar, acodadamente nada deveremos fazer sob o risco de poder comprometer tanto os pequenos quanto grandes. Eu acho que o diálogo, o estudo, os levantamentos devem ser feitos para que se possa trazer justiça para todos os municípios do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - ...Eu gostaria de apelar ao Deputado Rubens Bueno, porque me parece que o Deputado Caíto Quintana deixou bem clara a sua posição. Neste momento é necessário que se deixe de lado as divergências políticas, os interesses políticos para se analisar com profundidade esse projeto. Nós entendemos e somos testemunhas do desafio que ocorreu nesta Casa por ocasião da presença aqui dos Prefeitos de todo o Paraná. Mas há necessidade que o Deputado Rubens Bueno, com sua inteligência e com sua sensibilidade, também retroceda e entenda que o ato do Deputado Caíto Quintana não foi um ato de covardia. Pelo contrário, foi um ato de grandeza quando pede para retirar o seu projeto para que ele tenha uma melhor análise. Por isso eu peço ao Deputado Rubens Bueno que entenda essa posição. Que não se utilize neste momento um projeto de lei que pode criar problemas para os grandes municípios em função de uma questão política aqui nesta Casa. Eu acho que o bom senso deve prevalecer e eu apelo ao Deputado Rubens Bueno, que durante a campanha eleitoral até se aproveitou, agora me permita, Deputado, durante a campanha eleitoral acompanhou o Prefeito Jaime Lerner entregando terrenos para a construção de Centros Comunitários em Curitiba e esse projeto pode trazer prejuízos para Curitiba. Então, agora é a hora de dar o troco, Deputado.

O Sr. Nilton Barbosa - Senhor Presidente,

uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Deputado Rubens Bueno que conclua.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Eu estava usando da palavra e fui, repentinamente, aparteado, quando não poderia sê-lo, e com a conivência de Vossa Excelência, pelo Deputado Caíto Quintana. Eu estava falando daquele que assumiu o compromisso neste Plenário, perante duzentos Prefeitos nestas galerias, de que votaria o projeto de redistribuição de ICMS, de acordo com o projeto que ele apresentou no dia 19 de abril deste ano na Casa. Veja bem, Vossa Excelência: assumido o compromisso, eu estou querendo dizer que ele traiu um compromisso assumido em Plenário e reafirmo, assumido conosco, com os Deputados presentes a esta Casa, ao fazer um outro compromisso com o Deputado Algaci Túlio.

Então, é somente isto que estou registrando, o que é absolutamente verdadeiro. Não estou aqui tentando, de forma alguma, deixar de apreciar melhor o projeto. Ora, então agora o Deputado Caíto Quintana assume perante esta Casa mais uma vez que o seu projeto é incompleto. Se ele é incompleto, vamos analisá-lo melhor.

Mas é importante, Senhor Presidente, eu gostaria de alertar Vossa Excelência, ao Deputado Caíto Quintana, ao Deputado Algaci Túlio e aos Deputados presentes, que se nós somarmos todo o prazo que tem para tramitar os processos legislativos, de quinze dias para o Governador sancionar ou vetar a lei, de mais quarenta e oito horas para a devolução do autógrafo, de mais trinta dias para esta Casa apreciar o veto da lei, esta lei não será publicada até o mês de dezembro. Não sendo publicada até o mês de dezembro, não entrará em vigor no ano de 1991. Os pequenos e médios municípios do Paraná perderão a oportunidade de mais um ano de arrecadar melhor a distribuição do ICMS.

E é importante que se destaque também, Senhor Presidente, a justificativa do Deputado Caíto Quintana e do Deputado Mário Pereira e me orgulho de pegar carona no projeto de ambos, porque é um bom projeto, porque é um projeto que restabelece justiça tributária no nosso Estado. O que está se buscando é tão somente aquilo que foi tomado indevidamente pela nova Constituição. Como nós não temos uma lei que atualize a redistribuição do ICMS, os pequenos e médios municípios estão sendo prejudicados. Portanto, Deputado Caíto Quintana, quero alertá-lo mais uma vez e nós vamos ter que fazer esta denúncia de público, se a lei não for publicada até o último dia

de dezembro para entrar em vigor para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o requerimento. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. NILTON BARBOSA - Gostaria de registrar o meu voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. RUBENS BUENO - A verificação, Senhor Presidente.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - É só uma declaração de voto, Senhor Presidente, já que não me foi concedida a palavra em tempo oportuno. Apenas para dizer que voto favoravelmente à retirada desse projeto da Ordem do Dia até 15 dias e também aproveitando os argumentos do ilustre Líder da Bancada do PMDB, Deputado Caíto Quintana, dizendo que esses estudos podem ser feitos antes de quinze ou dez dias. Que essa providência seja tomada então. Mas o meu voto favorável, Senhor Presidente, prende-se ao fato de que não se repita aqui o que aconteceu com as mensagens de pedido de suplementação de verba, que estão aí "sub judice" por falta justamente disto: de informações melhores para esta Casa, que agora pode se procurar no projeto tão importante do Deputado Caíto e Deputado Rubens Bueno.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para dizer aqui que o prazo de 15 dias, como disse o Deputado Caíto Quintana, pode até ser resolvido em 3 ou 4 sessões, tanto que os prefeitos estão aqui com seus técnicos, secretários, já analisando o preparando emendas, e pode ser até que daqui a uma semana o projeto volte ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Já está devidamente esclarecido.

Responde agora a Presidência à questão de ordem levantada pelo Deputado Nereu Massignan: o art. 69 da Constituição do Estado do Paraná diz: "As Leis Complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos integrantes da Assembléia Legislativa". Não fala em votação nominal.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu só quero sugerir que nessas 15 sessões em que o projeto ficará fora de votação, a Secretaria da Fazenda do Estado, através de seus técnicos competentes, seja convocada à Assembléia para nos dar ciência do verdadeiro montante da arrecadação tributária do Estado. Justiça

tributária se faz em cima de verdade tributária.

Apenso ao projeto dos Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, vai uma tabela de dados estimados de perdas dos municípios. Nós temos segurança em afirmar, com base em informações das Prefeituras de Curitiba, de Campo Largo, de São José dos Pinhais e de outros municípios, que os dados que ali vão apensos não são verdadeiros, são estimados.

Então, a Assembléia ganha um grande momento - e a democracia ganha um grande momento de verdadeira transparência do montante de arrecadação do ICMS do Estado. Depois, qualquer dos dois próximos virtuais governadores, passem a pensar na idéia de fixar o domicílio tributário. Essa história de deixar o domicílio tributário livre, facilita a evasão de recursos das diversas cidades do Estado.

Isso impõe que a Assembléia pense na possibilidade da criação de um Conselho de Política Fazendária Estadual, que coloque a devida transparência na questão da arrecadação, da sonegação e das isenções. Sirva esta retirada proposta pelo Deputado Algaci Túlio, no brilhante exercício da sua função dupla de vice-Prefeito da Capital e de Deputado, também para fortalecer a Assembléia na real fiscalização da arrecadação tributária do Estado. Seja este momento de reflexão, um momento de nós ouvirmos a Secretaria das Finanças com relação à política tributária.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Vossa Excelência, respondendo a questão de ordem; concorda com este Deputado de que o item 21 que trata a Lei Complementar deve exigir quórum qualificado de dois terços...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Maioria absoluta: 28 Deputados.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Maioria absoluta ou quórum qualificado?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Eu vou ler o artigo novamente a Vossa Excelência: "As Leis Complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos integrantes da Assembléia Legislativa".

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pois bem. Maioria absoluta é metade mais um, 29 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 28 Deputados. Metade de 54 é 27, mais 1 são 28 Deputados.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Perfeito. Vossa Excelência tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o requerimento do Deputado Algaci Túlio. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2515, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2468, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2470 e 2471, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2505, 2506, 2492 e 2507 a 2513, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2477 e 2483, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2478, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2489, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2491, 2493, 2495 e 2496, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2474 e 2475, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2501 e 2502, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2490, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2484, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2494, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2498, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2504, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante

do expediente. Em Discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica a visita de apresentação do Senhor Peter Russel, Consul Honorário da Grã-Bretanha em Curitiba, no dia seis de novembro, às 15:30 horas no Salão Nobre deste Poder.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para uma questão de ordem, Senhor Presidente).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra está com o Deputado Algaci Túlio para uma questão de ordem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, apenas para comunicar aos Senhores Deputados que fazem parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, da área da Saúde, que nós teremos uma reunião amanhã, às 09:45 horas, na Sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa, nos informa e pede que seja informado a todos os presentes, a indicação, a designação do Deputado Luciano Pizzatto para relator geral do Projeto de Orçamento

de 1991.

Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 367/90; 508/90; 515/90; 520/90 e 528/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 266/90.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 339/90; 365/90; 368/90 e 488/90.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.<sup>o</sup> 152/90 e dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 309/89; 224/90 e 459/90.

#### EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.<sup>os</sup> 12/90; 15/90; 16/90; 26/90; 55/90, 57/90 e 62/90.

#### EM VOTAÇÃO

Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 341/90.

Levanta-se a sessão.